

## A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO NA PERSPECTIVA DE HANNAH ARENDT

*The Importance of Public Space in Hannah Arendt's Perspective*

Suzana Oliveira Almeida

**Resumo:** Os acontecimentos políticos do século XX, tais como o totalitarismo, fizeram Arendt indagar sobre o sentido da política, originando, assim, a categoria de condição humana. Ao tomarmos como ponto de partida a vida ativa, vemos que a pluralidade, categoria que fundamenta a ação, manifesta-se em meio ao espaço público. O campo da política é o da pluralidade, sendo que nele é necessário a liberdade que é a própria condição da política e, assim sendo, o espaço público torna-se a esfera acolhedora de ambas. Portanto, a política jamais pode ser vista e entendida no singular, mas no plural, pois é na pluralidade dos homens onde a mesma surge em meio ao espaço público. Assim, temos como objetivo demonstrar a importância do espaço público como lugar de aparência da política, buscando na obra "A condição humana" as ferramentas argumentativas que nos auxiliarão a alcançar o mote da presente pesquisa.

**Palavras-chave:** Espaço Público; Hannah Arendt; Liberdade; Política.

**Abstract:** Political events of the twentieth century, such as totalitarianism, led Arendt to inquire about the meaning of politics, originating, this way, the category of human condition. Taking active life as the starting point, we see that plurality, the category that underlies action, manifests itself in the midst of public space. The field of politics is that of the plurality, where freedom is required, being freedom the very condition of politics and for that, public space becomes the welcoming sphere of both. Therefore, politics can never be seen and understood in singular, but instead in plural, for it is in the plurality of men that it appears in the midst of public space. Thus, we aim to demonstrate the importance of public space as the appearance place of politics, seeking in the work "The human condition" the argumentative tools that will help us to achieve the motto of the present research.

**Keywords:** Public Space; Hannah Arendt; Freedom; Politics.

### Introdução

A condição humana da pluralidade depende essencialmente da preservação do espaço público<sup>1</sup>, para que ocorra a ação política pautada no agir e no falar, pois é nesse espaço, onde os homens estão inseridos, que se constitui o mundo, no qual todos podem aparecer e se revelarem uns aos outros. Quando os homens são privados do espaço público o novo fica impossibilitado de surgir pela ação que é a garantia de se inserir no mundo, sendo a ação o que permite ao sujeito ativo que o mesmo deixe sua biografia como prova de sua coragem de se envolver no mundo público e deixar seu legado no contexto histórico.

---

<sup>1</sup>“O espaço público no contexto pensado por Arendt é muito mais do que um local político, pois se trata da condição para a política, uma vez que o mesmo é a representação dos que atuam com isonomia, em um espaço que é deles, produzido pelo consentimento de todos, para que todos tenham acesso à vida.” (ASSAI, J. H. S.; SILVA, R. G. A, et al. *Filosofia política: emancipação e espaço público*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 94).

Nesse sentido é importante ressaltar as categorias da *vita activa*, quais sejam: trabalho, obra e ação, assim como os conceitos de necessidade e liberdade, esta última, compreendida por Arendt, como a forma do homem manifestar-se no espaço público via ação e linguagem, mas que foi mal compreendida pelo liberalismo ao sucumbir a liberdade pela necessidade. Outra problemática em torno do conceito de liberdade diz respeito a tradição que, segundo nossa autora, mudou a ideia de liberdade quando a tornou livre-arbítrio, alterando assim a ideia original de liberdade enquanto o livre agir e se relacionar entre os homens no espaço público.

Arendt compreende que a política para se manifestar necessita de um espaço público e que é a liberdade o que garante sua existência nesse espaço, no qual é a dimensão de aparência da política, pois a mesma é promotora da ação e da linguagem. A liberdade nos assegura no campo político o agir e o falar, isto é, de realizar ações para a sociedade como construir leis ou fazer juízos. Essa liberdade é vista pela autora como ameaçada pelos novos sistemas políticos por fazerem uso da violência, dessa forma ao comprometer essa liberdade por intermédio da violência ficamos impossibilitados de agir, ou seja, praticar a ação política.

### **Espaço Público Dimensão da Aparência**

O espaço da aparência<sup>2</sup> existe de forma potencial em qualquer lugar onde haja um conjunto de pessoas, de forma que sua destruição resulta da ausência de poder que deve ser efetivado a todo o momento, sendo que isso só é possível quando a palavra e o ato estão em consenso e sem que tragam em si traços de coerção, pois o poder repressivo não pode de maneira alguma estabelecer relações, uma vez que isso não faz parte de seu caráter repressivo, por desprover os membros dessa relação de sua liberdade e, conseqüentemente, da ação e do discurso que só se manifestam onde houver liberdade. Assim, Arendt afirma que,

É o poder que mantém a existência do domínio público, o espaço potencial da aparência entre os homens que agem e falam. [...] O poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não

---

<sup>2</sup>Espaço por excelência, no qual acontece a ação e o discurso. A artificialidade caracteriza esse espaço, por não ser um espaço natural, e, sim, criado pelo homem. Assim, também é atemporal, pois é dissociado a qualquer época histórica. E se manifesta na aespacialidade, por não poder ser associado a um lugar físico ou material, podendo ocorrer ou não em qualquer lugar. Quando esse espaço surge, permite os homens se revelarem uns aos outros por meio da ação e do discurso. Dessa maneira, o que garante a existência do espaço público da aparência é a pluralidade dos homens, que, enquanto unidos, permite a existência desse espaço, que é o espaço da aparência, que pode ocorrer ou não, em qualquer espaço público.

uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força [*force*] e o vigor [*strength*]. Enquanto o vigor é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam.<sup>3</sup>

O poder se dá por um conjunto de pessoas, que formam o espaço público. Nesse sentido, não podemos deixar de falar sobre a *pólis* no tocante ao espaço público como lugar de aparência, visto que foi uma das primeiras formas ou talvez a primeira forma de constituição política de que se tem conhecimento. A *pólis* surge da organização das pessoas que em conjunto formam o espaço o qual se constitui pelo agir e pelo falar e assim concebe-se o poder. Quando agimos e falamos saímos da igualdade imposta pela espécie em meio a pluralidade, estabelecendo, assim, o nosso aparecimento físico, que nos insere no mundo humano por meio do discurso e a ação que, segundo a autora,

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais.<sup>4</sup>

O agir em conjunto forma o domínio político, isto é, a ação constitui a relação que os homens têm com o mundo público, sendo a única atividade capaz de tal feito. Assim, a *pólis* é cada um dos homens, nos quais formam seu espaço que é o da aparência, onde cada um se revela aos outros, não como seres inanimados, mas como homens de ação, pois justamente por agirem é que explicitamente aparecem. Por isso, na Grécia antiga verificamos exclusões como, por exemplo, dos escravos, das mulheres e dos estrangeiros, todos estes privados de sua liberdade.

A ideia de liberdade ao passar dos tempos sofre diversas interpretações. Uma das últimas questões metafísicas tradicionais abordadas foi justamente o problema da liberdade, que apareceu na tradição filosófica como uma experiência da conversão religiosa de Paulo e posteriormente de Santo Agostinho. O conceito de liberdade aparece na tradição cristã como livre-arbítrio, na qual Agostinho se apresenta com a tentativa de separar a liberdade da política, afirmando que a liberdade cristã só subsiste se a política fosse abandonada pelo filósofo, para que assim fosse obtida a vida contemplativa que era considerada a mais livre para essa tradição.

<sup>3</sup>ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 248.

<sup>4</sup>Ibid., p. 220-221.

A liberdade então deixou de ser a ação para ser força de vontade, se tornando assim soberana, uma força de vontade individual em que a partir dela se pode conceber o poder político. A teoria de soberania tem como representante Rousseau, como aponta Arendt citando o mesmo, “uma vontade dividida seria inconcebível”<sup>5</sup>, isto é, sendo então o poder algo soberano, conseqüentemente deve ser indivisível. Mas liberdade com soberania seria uma ilusão, pois a soberania só se dá arrebatando a liberdade dos demais, portanto, não se pode ser livre sendo soberano e a soberania só se mantém com o auxílio da técnica, da violência propriamente dita, sendo dessa forma meios pré-políticos, desse modo “[...] liberdade e soberania conservam tão pouca identidade que nem mesmo podem existir simultaneamente.”<sup>6</sup>, portanto, a liberdade não é fenômeno de vontade ou de escolha entre duas coisas dadas, como presume o livre-arbítrio.

O homem enquanto ser livre para agir, segundo Arendt, é capaz de iniciar e encontrar algo, isto é, o homem é o único ser capaz de fazer milagres, não no sentido cristão do termo, mas um milagre que surge através do novo, que se inicia logo ao nascer, pois cada nascimento é um início. Nesse sentido, é importante ressaltar as categorias da ação de imprevisibilidade, na qual não se é possível prever as ações dos indivíduos e a de irreversibilidade, na qual as ações praticadas tem suas conseqüências irreversíveis, ao passo de terem sido executadas. Assim, as capacidades humanas de prometer e de perdoar, são o que revidam as conseqüências da ação em seu caráter imprevisível e o que liberta o agente de seus atos conseqüentes o possibilitando agir novamente, ou seja, “[...] a promessa é a maneira humana de responder à imprevisibilidade da ação, o perdão tem a ver com seu aspecto de irreversibilidade.”<sup>7</sup>.

Todavia, é notável, no percorrer histórico da idade moderna a vontade de substituir a ação por ser trágica, em termos de fabricação, por aqueles que refletem sobre a política, por se ter o controle de seus processos podendo assim serem desfeitos. Ao fazer essa relação com a política, temos a tirania, na qual nossa autora cita Montesquieu como aquele que,

[...] percebeu que a principal característica da tirania é que se ela se baseia no isolamento – no isolamento do tirano em relação aos súditos, e no dos súditos entre si por meio do medo e da suspeita generalizada – e que, portanto, a tirania não era uma forma de

---

<sup>5</sup>ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de M. W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 212.

<sup>6</sup>Ibid., p. 213.

<sup>7</sup>JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 87.

governo como qualquer outra, mas contradizia a condição humana essencial da pluralidade, o agir e o falar em conjunto, que é a condição de todas as formas de organização política. A tirania impede o desenvolvimento do poder, não só em um segmento específico do domínio público, mas em sua totalidade; em outras palavras, gera a impotência tão naturalmente quanto organismos políticos geram poder. Na interpretação de Montesquieu, isso torna necessário atribuir-lhe lugar especial na teoria dos corpos políticos: só a tirania é incapaz de engendrar suficiente poder para permanecer no espaço da aparência, que é o domínio público; ao contrário, tão logo passa a existir, gera as sementes de sua própria destruição.<sup>8</sup>

A ação política em Arendt não se realiza em isolamento e não possui a categoria de meios e fins. Todavia, pode-se fazer uso da ação para benefício próprio como faziam os sofistas, mas Arendt não dá primazia a essa questão de se ter a ação como um meio de se alcançar um fim, pois tal fim também poderia ser alcançado com mais eficácia pelo uso da violência que é muda, visto que, de forma contrária, a ação é menos eficaz, não sendo tão proveitoso trocar a violência pela mesma.

Assim, a busca de substituir a ação pela fabricação, vai de certa forma contra a política em si, por se tratar de um dos elementos que compõem a mesma. A ação não é boa e nem é ruim, ela somente é o que é e traz em si esse caráter trágico de ser imprevisível e irreversível, mas não é possível fazer política sem a mesma ao substituí-la pelo fabricar, no qual temos o controle de seus processos e podemos, assim, revertê-los. Contudo, a modernidade entende que o homem é dependente daquilo que faz e, portanto, da fabricação, assim é um *homo faber* que traz ao domínio dos assuntos humanos a violência, que sem ela não é capaz de se fabricar, visto que é através da violência que o mesmo degrada a matéria até transformá-la em um objeto de uso.

O *homo faber* tem, portanto, seu próprio domínio público, apesar de não ser político, que é o mercado de trocas, local no qual há trocas de produtos que são fabricados em total isolamento. “Para dedicar-se à execução de sua obra, o *homo faber* recolhe-se sozinho em seu trabalho; sua atenção fica absorvida pelas decisões relativas à escolha e à organização dos meios para alcançar determinado objetivo.”<sup>9</sup>, contrariamente da ação política que, não o isolamento, mas sim a pluralidade deve prevalecer, não podendo se fazer esquecer do domínio público como algo importante as capacidades de agir e de falar.

Diferentemente da atividade de fabricação que revela um *quê*, isto é, um produto, a ação compartilhada pelos indivíduos releva o *quem* destes, de modo que nessa pluralidade

<sup>8</sup>ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 250-251.

<sup>9</sup>JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 80.

de indivíduos, tem-se o reconhecimento de suas particularidades e o âmbito que torna isso possível é o da esfera pública. Assim,

Sob muitos aspectos, a teoria da ação de Hannah Arendt pôs em evidência o contraste entre as atividades do fazer e do agir: ao sublinhar a diferença entre o modo de ser previsível do fazer e a imprevisibilidade, até o ponto do milagre, da ação; ao distinguir o modo de intervenção do trabalho, que sempre depende de uma matéria dada e de instrumentos para alcançar um resultado, do poder inaugural de iniciar processos, característico do agir.<sup>10</sup>

Desse modo, a confecção do produto feito pelo *homo faber* era o resultado de um processo que visava um objetivo previsível, mas na segunda metade do século XIX, a noção de processo como um fim a ser alcançado, passou a significar um movimento repetitivo não orientado a um fim, um processo vital, dando lugar ao *animal laborans*. O trabalho e não mais o fabricar, ganha centralidade entre as atividades da *vita activa*<sup>11</sup>, isto é, a atenção centraliza-se no homem como ser biológico.

Todavia, tanto o trabalho como a fabricação adquirem relevância na sociedade moderna por constituírem o mundo comum. Podemos apontar como diferença entre as duas atividades o fato de que a fabricação refere-se ao uso que damos aos produtos, que se desgastam com o passar do tempo à medida que a usamos, enquanto o trabalho corresponde ao consumo que damos às coisas dentro do ciclo vital biológico, ou seja, está para a satisfação das necessidades.

A grande transformação da obra em trabalho dá-se em grande medida devido a que todas as atividades antigamente tidas como servis por possuírem somente relevância para as necessidades vitais privadas ganharam relevância pública com o aparecimento de uma esfera e um ponto de vista sociais.<sup>12</sup>

Essa esfera é a do social, esfera híbrida entre o privado e o público, surgida na modernidade. O acontecimento que nos faz termos a dificuldade de discernir entre o privado e o público é justamente o surgimento do âmbito social. A vida quando é deslocada para o espaço público, faz este se transformar na esfera social, que coloca a

---

<sup>10</sup>Ibid., p. 85.

<sup>11</sup>“[...] a expressão *vita activa* designa o conjunto de atividades do trabalho, da obra ou da fabricação e da ação, sendo que esta é a única propriamente política, por se dar em relações humanas mediadas pelo discurso.” (CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 53).

<sup>12</sup>CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 60.

liberdade em risco, por enaltecere as necessidades que, segundo Arendt, são pré-políticas. Nesse sentido, um aspecto a considerar é o liberalismo que surge colocando a liberdade como algo muito importante em seu modelo de organização. Por vezes é visto e entendido como arauto da liberdade, entretanto, Arendt é crítica deste, pois, para nossa autora, o liberalismo cultiva um gravíssimo equívoco, qual seja: o anseio por menos política e mais economia, em suma, isto representa a troca da liberdade pela necessidade, em outras palavras a troca da política pela economia.

O *zoonpolitikon* de Aristóteles, traduzido como *animal socialis*, parece esclarecer a relação existente entre os homens estarem juntos e a prática da ação que acontece entre os mesmos em meio ao espaço público. Tomás de Aquino conduz essa tradução que consagrou o homem como animal políticoe, portanto, social, de forma inconsciente segundo Arendt, ao substituir o “político” pelo “social”, fazendo perder-se o sentido oriundo grego de política, pois de início a palavra “social” não é de origem grega e sim romana, tendo sua tradução em latim um significado político limitado, “indicava uma aliança entre pessoas para um fim específico, como quando os homens se organizavam para dominar outros ou para cometer um crime.”<sup>13</sup>. Sendo que isso não é uma ação política por envolver a violência, mas sim pré-política.

Dessa forma, houve-se uma má interpretação de Tomás Aquino sobre o *zoonpolitikon* de Aristóteles, pois o homem é um animal político que traz em si uma característica que o permite se socializar, como diria o próprio Aristóteles “É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político [...]”<sup>14</sup> e não social<sup>15</sup> como entendeu Aquino. O social não era desprezado por Aristóteles, só não era considerado como uma condição fundamental humana pelo fato dos animais, não racionais, também terem a capacidade de se socializarem por alguma necessidade biológica. Nesse sentido em relação ao social para Arendt, segundo Correia,

[...] nessa esfera importa primariamente o processo vital da humanidade, a promover a diluição progressiva da fronteira entre o público e o privado. Uma sociedade completamente “socializada”, como a sociedade de massas de trabalhadores, a conceber todas as coisas como funções do processo vital, a distinção entre fabricação e trabalho passa a não fazer sentido, sendo abandonada em favor do

<sup>13</sup>ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 28.

<sup>14</sup>ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução Nestor Silveira Chaves. 2ª ed. Rev. Bauru, SP: Edipro, 2009, p. 16.

<sup>15</sup>Arendt afirma ser o homem apolítico, visto que ele só se torna político na pluralidade, ou seja, o homem existe quando tem direitos iguais garantidos pelos mais diferentes, pois não existe substância política original, sendo que, a mesma surge somente no intra-espaco se estabelecendo como relação.

trabalho, a reunir enfim ambas as atividades, transfiguradas e assimiladas.<sup>16</sup>

A crítica de Arendt sobre o social, portanto, está para o fato do social não pertencer ao político e levando em consideração que o espaço público é o espaço do político, nesse sentido, o social não pertence ao espaço público por remeter-se a esfera da economia. Contudo, isso não significa que o social não seja relevante, mas que ao levar ao espaço público as necessidades do âmbito social, não temos mais assuntos propriamente políticos que demandam opinião, visto que a necessidade coage a supri-la, calando o discurso e a opinião e assim não temos a política que se dá no discurso, no confronto de opiniões divergentes. Dessa forma, nunca iremos ao espaço público se antes nos preocuparmos em sanar todas as necessidades, visto ser impossível, pois ao findar-se uma, logo teremos outra. Portanto, o que se deve ser feito é justamente procurar um equilíbrio que impeça que essas necessidades apareçam no espaço público.

A própria ideia de espaço público contém em si um caráter que possibilita tensões conceituais que necessitam de articulações para compor o que vem a ser o espaço no qual citamos. Por isso, Pereira afirma que nossa autora admite certa identidade entre ação e liberdade por só sermos considerados livres ao agirmos, sendo necessária a conscientização de que a liberdade dita por Arendt é incondicionada, ou seja, é estar livre de qualquer tipo de necessidade. Dessa forma, segundo Pereira “Estas análises que fizemos indicam a importância do espaço público no sentido de dar à ação política livre, realidade durável.”<sup>17</sup>, assim, a durabilidade do espaço público proporciona instabilidade à livre ação política.

Dito isto, é perceptível a importância que Arendt dá ao fenômeno que se mostra em meio a uma pluralidade que existe justamente como seu pressuposto, sem que o mesmo perca sua identidade. A esfera pública é o local no qual as aparências se manifestam por serem garantidos direitos iguais aos mais diferentes. As aparências são os modos de ser de cada indivíduo que contém em si suas peculiaridades, fazendo-o aparecer e ser notado pelos outros logo ao nascer, sendo isso característico ao mundo comum a todos, ou seja, a esfera pública.

Assim, torna-se necessário certa consciência sobre a realidade para que possamos compreender o homem como aquele que se apresenta sobre diversos aspectos e ainda

---

<sup>16</sup>CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 60.

<sup>17</sup>PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. *Juízo e espaço público: uma relação em permanente tensão no pensamento político de Hannah Arendt*. 2005. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. p. 100.

assim mantém sua identidade. Dessa forma, ressalta Pereira que, “Pensar o espaço público, como espaço da aparência, é tratá-lo como espaço que requer sempre a presença dos outros, para confirmar e nos dar a realidade. [...] falar de realidade é falar da diversidade, da pluralidade, de uma variante de perspectivas partilhadas com os outros.”<sup>18</sup>.

Em contraditório a isso, temos a vitória do *animal laborans* que é o apequenamento do homem enquanto ser de ação, seria a vitória da necessidade sobre a liberdade, tendo, assim, o esvaziamento do espaço público pelo econômico. Todavia, sua vitória não está para o aniquilamento das outras atividades que compõem a vida ativa, isto é, Arendt não nega o *animal laborans*, ela só questiona sobre o fato deste ter ocupado um espaço excessivo na modernidade, ou seja, tem-se a exacerbação do corpo sobre o político.

### Considerações Finais

O espaço público se constitui no entre os homens, isto é, pela associação dos homens que só é possível pelo poder, por ser a potência que gera a possibilidade da ação em conjunto. Arendt define, segundo a concepção grega, a liberdade e a política como identidade, no sentido de que uma jamais pode existir sem que a outra permaneça. Assim, é indispensável a existência do espaço público que acolhe essas duas categorias, sendo que nossa autora alemã esclarece que nem todo espaço público é necessariamente político, mas o político surge nesse espaço onde os homens estão entre seus iguais.

A tradição mudou a ideia de liberdade ao tornar livre-arbítrio, mudando assim a ideia oriunda de liberdade que é o livre agir e se relacionar entre os homens no espaço público. A violência não permite a ação que traz em si a condição da pluralidade que acontece em meio à esfera pública que é justamente o espaço concreto de aparecimento da liberdade, sendo que, sem o mesmo, a liberdade não poderá garantir a pluralidade entre os homens.

Dessa forma Arendt afirma existir uma interdependência entre política e liberdade, por as mesmas não terem a possibilidade de existirem uma sem a outra. Essa identidade só não é visualizada se for considerado o equívoco cometido pela tradição, de que uma só existiria onde se encerrasse a outra. O liberalismo surge em direção a essa ideia de dissociação entre a liberdade e política, fazendo a economia se sobressair sobre a política, decorrendo assim o entendimento de que a liberdade coincide com o poder e

---

<sup>18</sup>PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. *Juízo e espaço público: uma relação em permanente tensão no pensamento político de Hannah Arendt*. 2005. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. p. 89-90.

consequentemente aquele que possuísse mais poder seria o mais livre. Arendt elucida ser isso característica de um despotismo, não sendo possível assim revogar da ideia de liberdade a de violência.

Portanto, considera-se que toda e qualquer experiência que se dê na esfera da violência, como contraditória com a política, pois a existência de violência no âmbito político nega a liberdade que é o sentido real da política, sendo que a política tem como função promover a ação e a liberdade de garantir a deliberação entre os homens para o acontecimento da verdadeira coisa política. Diante disto, a política jamais pode ser vista e entendida no singular, mas no plural, pois é na pluralidade dos homens onde a mesma surge em meio ao espaço público, sendo justamente o espaço público importante por ser o âmbito acolhedor dessas duas categorias.

## Referências

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de M. W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARISTÓTELES. *A Política*. Tradução Nestor Silveira Chaves. 2ª ed. Rev. Bauru, SP: Edipro, 2009.

ASSAI, J. H. S; SILVA, R. G. A, et al. *Filosofia política: emancipação e espaço público*. Curitiba: Juruá, 2013.

CORREIA, Adriano. *Hannah Arendt e a modernidade: política, economia e a disputa por uma fronteira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

\_\_\_\_\_. *Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PASSOS, Fábio. A. *A Faculdade do Pensamento em Hannah Arendt: Implicações Políticas*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. *Juízo e espaço público: uma relação em permanente tensão no pensamento político de Hannah Arendt*. 2005. 186 p. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.